



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO
(Es Apl Sv Sau Ex / 1910)**

1º Ten Alu THIAGO DEBERGES NASCIMENTO

**A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: CONSCIÊNCIA EMOCIONAL,
INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO**

**RIO DE JANEIRO
2019**

1º Ten Alu THIAGO **DEBERGES** NASCIMENTO

**A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: CONSCIÊNCIA EMOCIONAL,
INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, como requisito parcial para aprovação no Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar, pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

Orientador: 1º Ten Fernando Augusto de **Felito** Lopes.

RIO DE JANEIRO
2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE
ESCOLA DE SAÚDE DO EXÉRCITO/BIBLIOTECA OSWALDO CRUZ

N244f

Nascimento, Thiago Deberges.

A Formação do Exército Brasileiro: consciência emocional, institucionalização e consolidação / Thiago Deberges Nascimento – 2019.

25 f.

Orientador: Fernando Augusto de Felito Lopes.

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) – Escola de Saúde do Exército, Programa de Pós-Graduação em Aplicações Complementares às Ciências Militares, 2019.

Referências: f. 25.

1. FORMAÇÃO DO EXÉRCITO. 2. INSTITUCIONALIZAÇÃO DO EXÉRCITO. 3. CONSOLIDAÇÃO DO EXÉRCITO. I. Lopes, Fernando Augusto de Felito (Orientador). II. Escola de Saúde do Exército. III. Título.

CDD 355.091

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste trabalho.

Assinatura

Data

1º Ten Alu **THIAGO DEBERGES NASCIMENTO**

A FORMAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO: CONSCIÊNCIA EMOCIONAL, INSTITUCIONALIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde do Exército, como requisito parcial para aprovação no Curso de Formação de Oficiais do Quadro Complementar, pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização em Aplicações Complementares às Ciências Militares.

Orientador: 1º Ten Fernando Augusto de **Felito** Lopes.

Aprovada em 30 de setembro de 2019.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Fernando Augusto de **Felito** Lopes - 1º Ten
Orientador

Otávio **Augusto** Brioschi Soares - Cap
Avaliador

***À minha amada mãe, pelo
incentivo e amor em todos
os meus projetos de vida!***

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer em primeiro lugar a Deus por me abençoar em cada momento da minha vida e por iluminar o meu caminho durante essa jornada.

Agradeço também ao meu irmão Pablo, pelo carinho, força e apoio.

Agradeço aos meus pais, Alcides Corrêa e Neuza Deberges, pela força e incentivo, em especial a minha mãe por todos os momentos de orações e pelo carinho que sempre me demonstrou.

A todos os alunos do Curso de Formação de Oficiais, pela força e pelas confraternizações realizadas, o que fez nossa caminhada na Escola ser mais saudável e espontânea.

Aos meus amigos, que sempre estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis de minha vida e por entenderem a minha ausência em múltiplas situações devido aos estudos e a elaboração deste trabalho.

À minha família em geral, tios, primos, sobrinho, por sempre estarem ao meu lado, me incentivando.

Aos instrutores que, durante minha formação, tiveram paciência para estimular a minha coragem, vibração, patriotismo e civismo, valores essenciais para o militar do Exército Brasileiro, conduzindo sempre suas ações com espírito de corpo e profissionalismo.

Salvar a vida de alguém é como apaixonarmo-nos, é a melhor coisa deste mundo. Durante dias, talvez semanas depois, caminhamos pelas ruas tornando infinito tudo aquilo que se vê. O tempo torna-se lento e longo e perguntamos a nós próprios se não nos teremos tornado imortais, como se também tivéssemos salvado a nossa própria vida.

Joe Connelly

RESUMO

Compreender os aspectos e valores morais e culturais é dever de cada indivíduo de uma determinada sociedade. Muitos dos cidadãos brasileiros desconhecem a origem e a trajetória que foi traçada durante séculos para que fosse possível obter um país com reconhecimento internacional. A história de formação do Exército Brasileiro está intimamente ligada ao processo de formação da própria nação brasileira. Portanto, é necessário que todos conheçam os fatos históricos da criação, amadurecimento e consolidação do Exército Brasileiro, desde os seus primórdios até os dias atuais, uma vez que isso os levará a compreender também o processo de crescimento e estabilização do Brasil. Trata-se de um estudo bibliográfico com abordagem qualitativa, do tipo descritiva com o objetivo geral de verificar a importância do Exército para a nação brasileira. Como objetivos específicos procurou-se destacar o primeiro traço de identidade do Exército e da tomada de consciência pela “pátria” na Batalha de Guararapes, bem como evidenciar a importância da Guerra do Paraguai como segundo marco de referência para o Exército e, ainda, demonstrar as ações que foram realizadas para a institucionalização e consolidação do Exército. Foram realizadas consultas a páginas de internet, livros, teses, revistas eletrônicas e artigos nacionais localizados na base de dados da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército. Os dados obtidos com a pesquisa bibliográfica e documental foram analisados, de forma a embasar a relevância dos feitos do Exército ao longo dos anos. Com o presente estudo concluiu-se que o Exército foi, é, e continuará sendo uma das instituições de maior credibilidade no seio nacional, por ter se destacado como maior protetor e disseminador dos ideais do povo ao longo dos séculos. Sua fidelidade com a pátria é observada durante todo o processo histórico e isso é reafirmado no presente e projetado no futuro.

Palavras-chave: História do Exército Brasileiro. Formação do Exército Brasileiro. Institucionalização do Exército Brasileiro. Consolidação do Exército Brasileiro.

ABSTRACT

Understanding moral and cultural aspects and values is the duty of every individual in a given society. Many of the Brazilian citizens are unaware of the origin and trajectory that was traced for centuries in order to obtain a country with international recognition. The history of the formation of the Brazilian Army is closely linked to the process of formation of the Brazilian nation itself. Therefore, it is necessary that everyone knows the historical facts of the creation, maturation and consolidation of the Brazilian Army, from its beginnings to the present day, since this will also lead them to understand Brazil's growth and stabilization process. This is a bibliographical study with a qualitative approach, of the descriptive type with the general objective of verifying the importance of the Army to the Brazilian nation. The specific objectives were to highlight the first trace of the Army's identity and the awareness of the "homeland" in the Battle of Guararapes, as well as highlighting the importance of the Paraguayan War as the second reference point for the Army and also to demonstrate the actions that were carried out for the institutionalization and consolidation of the Army. Consultations were conducted on electronic websites, books, theses, electronic journals and national articles located in the database of the Integrated Library Network of the Army. The data obtained from the bibliographical and documentary research were analyzed, in order to support the relevance of the Army's accomplishments over the years. With the present study, it was concluded that the Army was, is, and will continue to be one of the most credible institutions in the nation, for having stood out as the greatest protector and disseminator of the ideals of the people throughout the centuries. His fidelity to the homeland is observed throughout the historical process and this is reaffirmed in the present and projected in the future.

Keywords: History of the Brazilian Army. Formation of the Brazilian Army. Institutionalization of the Brazilian Army. Consolidation of the Brazilian Army.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DESENVOLVIMENTO.....	12
2.1 METODOLOGIA.....	12
2.2 GUARARAPES: PRIMEIRO TRAÇO DE IDENTIDADE DO EXÉRCITO (TOMADA DE CONSCIÊNCIA).....	12
2.3 INDEPENDÊNCIA E OFICIALIZAÇÃO DO EXÉRCITO.....	18
2.4 A IMPORTÂNCIA DA GUERRA DO PARAGUAI COMO SEGUNDO TRAÇO DE IDENTIDADE DO EXÉRCITO.....	20
2.5 CONSOLIDAÇÃO DO EXÉRCITO EM TEMPOS ATUAIS.....	22
3 CONCLUSÃO.....	24
4 REFERÊNCIAS.....	25

1 INTRODUÇÃO

O mundo vem sofrendo grandes transformações nos últimos anos. A necessidade de defender as riquezas naturais, os avanços científicos e tecnológicos, a integridade e os interesses de uma nação, exige a adequada manutenção e adestramento constante de uma força armada.

O indivíduo que já presenciou algum evento ou cerimonial militar do Exército Brasileiro (EB), dificilmente deixa de admirar-se com a marcialidade, vibração e disciplina que são externadas pelos elementos da tropa. Esses valores, em conjunto com muitos outros, são sempre cultuados no âmbito de toda a instituição e são logo repassados aos mais novos militares incorporados em diversos quartéis e estabelecimentos de ensino do Exército. Isso revela a tradição que circunda toda a Força e que não pode ser simplesmente esquecida ou perdida.

A população brasileira tem pouco conhecimento sobre os feitos do Exército ao longo dos séculos e a importância destes para a própria história da nação. É imperativo que todos adquiram um maior entendimento acerca da identidade do Exército Brasileiro e de fatos que contribuíram para que pudéssemos ter o Brasil de hoje.

Com o intuito de contar a história do nosso Exército, precisamos destacar os fatores que o compuseram ao longo dos anos e contribuíram para a estrutura que apresenta na atualidade.

Ao longo do processo histórico, observamos que a criação do Exército Brasileiro se deu paralelamente ao processo de formação do Estado Brasileiro.

Dessa forma, o estudo dos eventos que aconteceram durante toda a “infância” e “amadurecimento” do Brasil é estritamente importante para a compreensão de um grupo que atuou de maneira decisiva em vários momentos da história nacional.

Para Mancuso (2008), estudar a forma como esse grupo constrói a sua história permite entender a maneira como ele concebe sua inserção no contexto nacional, pois a compreensão militar dos problemas nacionais está diretamente relacionada à sua forma de pensar a história do Brasil e, através dela, sua inserção na sociedade.

Este estudo tem como objetivos analisar parte da história do Exército Brasileiro, realçando os fatos históricos que contribuíram para sua formação e sua

existência até os dias de hoje como uma instituição essencial para a nação; destacar o primeiro traço de identidade do Exército e da tomada de consciência pela “pátria” na Batalha de Guararapes; evidenciar a importância da Guerra do Paraguai como segundo marco de referência para o Exército; e demonstrar as ações que foram realizadas para a institucionalização e consolidação do Exército.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, a partir de pesquisa bibliográfica, com abordagem qualitativa, realizada principalmente em livros históricos. Também foram utilizadas pesquisas em teses, revistas eletrônicas, páginas de web sites, manuais e em artigos nacionais localizados na base de dados da Rede de Bibliotecas Integradas do Exército (Rede BIE).

Os descritores utilizados na pesquisa à Rede BIE foram os seguintes: História do Exército Brasileiro; Formação do Exército Brasileiro; Institucionalização do Exército Brasileiro; e Consolidação do Exército Brasileiro. Desta fonte, foram encontrados 83 artigos, sendo selecionados 2 artigos que discorriam sobre as duas batalhas mais importantes para a origem do Exército (Guararapes e Guerra do Paraguai).

2.2 GUARARAPES: PRIMEIRO TRAÇO DE IDENTIDADE DO EXÉRCITO (TOMADA DE CONSCIÊNCIA)

A história do Exército Brasileiro começa oficialmente com o surgimento do Estado brasileiro, ou seja, com a independência do Brasil. Entretanto, mobilizações de brasileiros para a guerra existem desde a colonização do Brasil: a data da primeira Batalha dos Guararapes (19 de abril de 1648), no contexto das invasões holandesas do Brasil, na qual o exército fora formado genuinamente por brasileiros (brancos, negros e ameríndios), é tida como aniversário do Exército Brasileiro.

Foi, então, no segundo século de existência do Brasil, nas cruentas batalhas dos Guararapes, quando já pudemos sentir o nosso compatriota que, embora vinculado a uma força lusitana, não está a soldo de Portugal, mas representando os anseios da raça nascente: a sua. Daí até a nossa efetiva independência, o Exército Brasileiro será um entremeado de brasileiros e portugueses, os últimos, ensinando aos primeiros, a difícil arte das armas, e estes aos lusitanos, dando demonstrações de amor pela terra dadivosa, talhada pela Providência para crisol de raças e dos ideais democráticos. À natureza brasileira se deve o papel catalisador desses

homens, moldando-os a sua feição, com os resultados benéficos, sentidos hoje (BRASIL, 1972).

Nos deparamos, então, com um dilema: Como, diante das circunstâncias, podíamos naquela época ter um exército nacional sendo ainda colônia de Portugal?

Embora o imaginário militar busque na Batalha de Guararapes suas raízes históricas é muito difícil falarmos numa história militar genuinamente brasileira até o século XIX (século da Independência). Enquanto colônia, até esse momento nossa história militar se confundia com a história militar de Portugal, sendo considerada como um subcampo da “vida militar” portuguesa (CASTRO, 2002).

De acordo com o publicado na obra *História do Exército Brasileiro*:

O Exército verdadeiramente nacional só teve organização institucional em 1824, dois anos após a Independência. Suas origens, entretanto, segundo interpretação de muitos historiadores, remontam aos primeiros séculos que se seguiram ao descobrimento. Vinculam-se à chegada dos contingentes pioneiros das tropas lusitanas pagas, ou à criação das ordenanças, expressão militar do povo, na época, ou ainda à formação de grupos de gente brasílica, que se armavam, às ordens dos comandantes portugueses, contra corsários ou conquistadores, para defesa da terra, a que já denominavam Pátria. Quaisquer que sejam os seus primórdios, o Exército tem sido fiel ao passado. Através de quatro séculos de história, identificou-se com as aspirações da comunidade brasileira e tornou-se uma força de integração social absolutamente imprescindível ao desenvolvimento nacional.

O Exército é como a força de ligação que uniu o colonizador vindo com as caravelas, os povos indígenas nativos e os africanos. Se da mistura dessas raças nasceu o povo brasileiro, sua união na defesa do território deu origem ao povo em armas, cujo início é oficializado em Guararapes. Dessa forma, as origens tanto da nacionalidade brasileira quanto do próprio Exército têm seus destinos selados no momento de sua fundação e, a partir de então, a história de um não pode ser diferenciada da história do outro. Isso tem implicações importantes na definição da autoimagem da força terrestre e, conseqüentemente, na concepção de seu papel na sociedade, pois em função dessa origem comum o Exército se estabelece como guardião da nacionalidade (MANCUSO, 2008).

De acordo com Mancuso (2008), conforme citado em Brasil (1972), pode-se perceber o surgimento do Exército desde os primórdios do descobrimento do Brasil, durante a colônia, e em séculos anteriores à chegada da família real portuguesa ao Brasil. Neste período destaca-se a atuação da força terrestre como promotora da

integração e unidade nacional e manutenção da estrutura geográfica pela posse e defesa do território. Culmina-se com isso, a expulsão dos holandeses do Brasil como marco de fundação ou mito de origem do Exército Brasileiro. Num segundo momento, iniciado com a chegada da família real ao Brasil, a garantia da unidade e integração nacional transformou-se em defesa da integridade nacional. Isto é, a atuação do Exército estava voltada principalmente contra processos de desagregação que afligiam o Brasil naquela época. Assim, a garantia da unidade do território passa pela unidade política e, dessa forma, a Guerra do Paraguai estabelece um segundo marco de fundação para o Exército, pois se liga a uma ideia de “conscientização” do importante papel político que ele seria chamado a desempenhar no Brasil.

De acordo com o Manual de Fundamentos EB20-MF-10.101 - O Exército Brasileiro: *“O Exército Brasileiro surgiu da vontade da nação brasileira em defender sua soberania contra invasores externos ainda no Brasil Colônia. Essa vontade foi legitimada a partir da nossa independência, e da criação, de fato, do Exército Brasileiro, na constituição de 1824”*.

As invasões holandesas ocorridas no século XVII foram o maior conflito político-militar da colônia. Concentraram-se no Nordeste, porém não eram um simples episódio regional. Ao contrário fizeram parte do quadro das relações internacionais entre os países europeus, revelando a dimensão da luta pelo controle do açúcar e das fontes de suprimento de escravos (FAUSTO, 2015).

Mancuso (2008), citando o livro *História do Exército Brasileiro*, relata sobre as guerras holandesas no Brasil-colônia e os quatro períodos em que se divide: a invasão da Bahia, a invasão de Pernambuco, o período do Governo de Maurício de Nassau (ou a Paz Pernambucana) e a Restauração Pernambucana (onde se desenrolou o episódio de Guararapes).

Portugal permaneceu unido à Espanha de 1580, quando Felipe II ascendeu ao trono português após a morte do rei de Portugal, cardeal D. Henrique, até 1640. Essa união atraiu sobre Portugal (e, conseqüentemente sobre o Brasil) os tradicionais inimigos da Espanha. Em 1621, a Holanda cria a Companhia das Índias Ocidentais que por duas vezes promoveu invasões em território brasileiro: 1624 na Bahia e 1630 em Pernambuco. Essas invasões deram lugar à Guerra Holandesa entre 1624 e 1654 (BRASIL, 1972).

A descrição do primeiro período das invasões holandesas – a invasão da Bahia – funciona dentro da estrutura narrativa como apresentação do contexto das invasões e das dificuldades que a população iria enfrentar nessa luta, sendo construída de forma eloquente, a fim de mostrar que apesar do jogo de forças ser desfavorável ao Brasil, o povo atendeu brilhantemente ao chamado das armas na defesa da terra.

A região Nordeste é descrita como militarmente despreparada, com sistema defensivo concentrado em torno de localidades isoladas e disposto apenas sobre os índios. A Espanha, por sua vez, preocupada com o México (ouro) e o Peru (prata), deixava o Brasil vulnerável. “Não possuía Salvador frota numerosa para defendê-la: apenas 80 soldados profissionais e fortes antiquados. Para agravar a situação, não contava com força naval para patrulhar a costa” (BRASIL, 1972).

Além do despreparo e da falta de apoio da metrópole, havia uma imensa disparidade de forças, onde um pequeno e improvisado exército do povo lutava contra vinte e seis navios armados com 500 canhões e guarnecidos por 3.300 homens, sendo 1.700 para o combate em terra e ocupação, uma fração expressiva de um dos mais famosos exércitos da época (BRASIL, 1972). Nesse quadro de adversidades, “A única coisa abundante entre os luso-brasileiros foi ânimo para a luta e o grande desejo de libertar a Bahia” (BRASIL, 1972). Na busca pela superação das dificuldades numéricas e materiais, os luso-brasileiros se valeram de sua criatividade e capacidade de improvisação e criaram o que passou a ser conhecida como Guerra Brasília:

Sem ajuda militar e desamparados da metrópole, os luso-brasileiros improvisaram meios para enfrentar a potente e bem treinada parcela de um grande e famoso Exército. Através de judicioso aproveitamento do terreno e do emprego de táticas de guerra nativas brasileiras, organizavam as companhias de emboscadas, compostas de 25 a 40 homens, para levarem a luta sem quartel ao invasor. Surgiu, assim, no Brasil, novo tipo de guerra, a “Guerra Brasília”, que tanta surpresa e admiração iria causar entre os europeus (BRASIL, 1972).

O segundo período da Guerra Holandesa é caracterizado, de acordo com a autora, pela invasão de Pernambuco e, em termos de operações militares, é o menos representativo do conjunto das invasões.

Segundo a descrição, após a experiência na Bahia, houve uma tentativa holandesa de se aliar à população local que falhou, porque este povo não era dado

a tratados de “mútua amizade e aliança” com o dominador, pois após um século de colonização portuguesa, já possuía acendrado amor a terra e aos seus símbolos. A grande maioria do povo pernambucano já comungava do ideal luso-espanhol da dilatação da Fé e do Império.

Em 3 de março de 1630 ocorreu a Ocupação de Recife pelos holandeses. A resistência encontrou uma situação difícil por conta do abandono das lavouras para a luta e o bloqueio marítimo dos recursos, já que enquanto os invasores recebiam reforços continuamente, os defensores não receberam nenhuma ajuda da metrópole em um ano e meio de luta (BRASIL, 1972).

O terceiro período da guerra holandesa, conforme Brasil (1972), trata do Governo de Maurício de Nassau, em que se discutem aspectos militares das campanhas de expulsão dos holandeses e muito pouco sobre outros aspectos do governo de Nassau, que desembarcou no Brasil, em 23 de novembro de 1637, como governador, Capitão e Almirante geral das terras conquistadas ou a conquistar no Brasil.

O ano de 1641 (fevereiro) marca o ano da restauração de Portugal e a volta de D. João IV ao trono português. Para não se envolver em duas frentes de disputa (Espanha e Holanda), Portugal assina um armistício com os holandeses que suspenderia as lutas na colônia por dez anos. Nesse período, Portugal reconheceu a posse da Holanda sobre Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba e, em contrapartida, a Holanda comprometia-se a não expandir suas conquistas no Brasil (BRASIL, 1972). Em junho de 1644, Nassau retorna à Holanda. Nesse período, começam a aparecer os sinais de resistência à dominação holandesa. Até então, a luta havia sedado dentro do contexto político do Império (Portugal-Espanha), porém “doravante, orgulhosos com a contribuição que deram para a defesa da terra, lutariam até o fim dentro de uma concepção política predominantemente brasileira, contrariando, frontalmente, a orientação política e estratégica de Portugal” (BRASIL, 1972).

A narrativa vai acentuando a divisão entre as glórias alcançadas pelos “bravos filhos da terra” contra o “cruel dominador holandês” que matavam todos os luso-brasileiros que encontraram pela frente, incluindo mulheres, velhos, crianças e índios. Enfim, há uma intenção constante em desqualificar o holandês, desfazendo sua imagem de “europeu desenvolvido” como é descrito por uma corrente historiográfica.

Por fim, Mancuso (2008) descreve sobre o quarto período da guerra, conhecido como Restauração Pernambucana, sendo este o último e mais importante capítulo dessa guerra, pois nele se desenrolaram os combates de Guararapes que, historicamente, marcam o que pode ser visto como um momento de atuação autônoma das forças “brasileiras” que, mesmo sem o apoio oficial da metrópole, seguiram com os combates até a expulsão das forças holandesas.

É neste momento que pode ser observado o primeiro traço de origem do Exército e um vínculo indissolúvel entre ele e a nacionalidade:

Os insurretos prosseguiram a luta, sozinhos, desamparados e em desobediência à Metrópole. Com esforço hercúleo, vontade inquebrantável, fé, sacrifícios indescritíveis e processos de combate genuinamente brasileiros, criaram condições para a recuperação de Pernambuco e Angola para Portugal, além de preservarem a unidade física e espiritual do Brasil. Por esta razão, este episódio reveste-se da maior relevância do ponto de vista da nacionalidade brasileira e das origens do Exército (BRASIL, 1972).

Esse vínculo é criado porque neste momento, as três raças formadoras da população brasileira (brancos, negros e índios) teriam se unido em torno de um sentimento comum, o amor à terra, e sua luta conjunta teria formado a nação em armas (o Exército) para a defesa de seu território. Assim, a ideia central “é que em Guararapes teriam nascido ao mesmo tempo a nacionalidade e o Exército brasileiros” (CASTRO, 2002). Logo, não era mais Portugal, e sim o Brasil que enfrentava a Holanda.

Embora historicamente seja difícil conceber o nascimento da nacionalidade brasileira num momento em que o próprio Brasil era apenas extensão territorial de Portugal, o sentimento até agora descrito como de amor à terra se apresenta como algo mais que o apego ao território. Nesse momento, “A maioria já considerava Pernambuco como Pátria, com o mesmo significado do Brasil de hoje”:

Surgia assim pela primeira vez no Brasil, a palavra Pátria, e a firme disposição de instaurá-la, a despeito mesmo de interferências contrárias de Portugal. Início, parecia, do processo irreversível de independência, concretizado cerca de dois séculos após (BRASIL, 1972).

Deste modo, o mito de Guararapes foi institucionalizado, em 1994, com a criação do Dia do Exército no dia das comemorações da Primeira Batalha de

Guararapes (19 de abril de 1648), por iniciativa do ministro do Exército, general Zenildo Lucena (CASTRO, 2002).

A partir da vitória em Guararapes ocorre uma espécie de “tomada de consciência” dos “brasileiros” no sentido de perceber que os interesses da pátria nascente não poderiam se harmonizar com os da metrópole que a explorava.

Guararapes, ao trazer ao Exército a consciência de sua existência, despertou em seus habitantes a consciência de que idealizavam uma organização política diferente do modelo colonial português. A questão agora era empreendê-la.

2.3 INDEPENDÊNCIA E OFICIALIZAÇÃO DO EXÉRCITO

O processo que levou à Independência é explicado por um conjunto de fatores, tanto internos quanto externos, mas foram principalmente os fatores externos que deram rumo aos acontecimentos numa escala que passou da defesa da autoridade brasileira à independência como alternativa (FAUSTO, 2002). Em 24 de agosto de 1820 estoura a Revolução do Porto, em Portugal, onde a linha de divisão entre os diversos grupos passava pela questão do retorno da família real para Portugal. Temendo perder o trono em Portugal, D. João optou pelo regresso, em abril de 1821, deixando em seu lugar, como príncipe regente, seu filho, futuro D. Pedro.

D. Pedro é descrito na história como uma figura contemporizadora, que teve como principal crise o dilema da escolha entre brasileiros e portugueses, isto é, independência ou recolonização. Nesse processo, os militares lusitanos estavam contra D. Pedro. Apesar disso, “não escondeu D. Pedro a preferência pelo Brasil” (BRASIL, 1972).

Entre setembro e outubro de 1821, novas medidas tomadas pela Corte fortaleceram no Brasil a opção pela independência, sendo seu ponto decisivo a determinação da volta do príncipe regente para Portugal. A decisão de D. Pedro em ficar no Brasil, solenizada no “Dia do Fico” (9 de janeiro de 1822) representou um caminho sem volta, pois seus atos posteriores foram de ruptura (FAUSTO, 2002).

Por fim, depois de uma sequência de episódios de insubordinação é proclamada a Independência, em 7 de setembro de 1822. Pela perspectiva militar, nesse momento – não esquecendo as questões de “origem” – começa a ser organizado um Exército em bases nacionais. As tropas portuguesas que se

recusaram a jurar fidelidade a D. Pedro viram-se obrigadas a deixar o Rio de Janeiro.

D. Pedro também “enfrentou a arrogância dos militares portugueses e decretou o recrutamento geral para a formação de unidades de tropas brasileiras”, surgindo, assim, um Exército comandado por brasileiros. Dessa forma, o Exército e D. Pedro são colocados lado a lado nos episódios relativos à Independência do Brasil, este como o responsável pela sua implementação e o Exército pela sua garantia: *“Pedro I, impetuoso e entusiasta, artífice dessa vitória. Ao seu lado estavam grandes patriotas brasileiros, ajudando a formar o instrumento da garantia da independência: o Exército Brasileiro”* (BRASIL, 1972).

D. Pedro I procurou desde logo melhorar as tropas da guarnição do Rio de Janeiro. Transferiu para a capital forças de São Paulo e de Minas Gerais. Por decreto de 23 de setembro de 1822, criou a Guarda Cívica, que compreendia “gente limpa da cidade do Rio de Janeiro”, com quatro batalhões de infantaria de quatro companhias cada um, e dois esquadrões de cavalaria com duas companhias. Por decreto de 1º de dezembro de 1822 criou a Imperial Guarda de Honra, unidade de elite de cavalaria ligada diretamente ao Imperador e que gozava de vários privilégios especiais, como por exemplo o de prestar honras militares apenas ao Imperador e à família imperial.

Em 1823 instituiu-se o Batalhão do Imperador, destinado a operar na Bahia contra forças portuguesas. Com pretos libertos organizou-se um batalhão de artilharia de posição.

O Quartel-General da Corte foi reorganizado no início de 1824. Esse importante órgão que tinha funções de comando geral e de estado-maior para a Força Terrestre, representava a instituição central da administração militar. Serviu de modelo aos quartéis-generais nas Províncias.

A constituição de março de 1824, outorgada pelo Imperador, dispôs dispositivos sobre a Força Militar.

Regulamentou-se o emprego de armamento por todas as unidades do Exército através de decreto de 3 de setembro de 1824.

Em resumo, desde a Independência, o recém-criado Exército Brasileiro derrotou forças de resistência portuguesa, nas regiões norte-nordeste do país e na província da Cisplatina.

Posteriormente, a atuação do Exército nas lutas da regência e nas revoltas internas do II Reinado, bem como na região do Prata, foi responsável pela unidade nacional e sua atuação na defesa dessa integração ultrapassou os ideais políticos de que pudesse partilhar. Ou seja, neste momento, seus esforços estavam concentrados na centralização e na unidade do país, posicionando o Exército, em função disso, em torno da política imperial. A ruptura, assim como se deu em momento anterior no episódio de Guararapes, será dada pela Guerra do Paraguai, momento em que, garantida a unidade, a atenção do Exército se volta para o sistema político, a República, estabelecendo o seu segundo traço de identidade. Com a Guerra do Paraguai, consolida-se no imaginário militar o elemento simbólico que lhe justificará a atuação política, sintetizado pelo ideal de fiador da integridade nacional. Comparativamente, uma vez estabelecida a origem do Exército em Guararapes como “o povo em armas”, é chegada a hora de estabelecer sua transformação em “a nação em armas” (MANCUSO, 2008).

2.4 A IMPORTÂNCIA DA GUERRA DO PARAGUAI COMO SEGUNDO TRAÇO DE IDENTIDADE DO EXÉRCITO.

A mais importante experiência internacional do Exército Brasileiro ocorreu entre 1864 e 1870, na Guerra do Paraguai, o maior conflito armado ocorrido na América do Sul e que envolveu, além do Brasil e Paraguai, a Argentina e o Uruguai. O conflito foi bastante importante para a consolidação e reorganização do Exército Brasileiro, graças à participação atuante do Duque de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva, que é considerado o patrono do Exército Brasileiro.

A Guerra do Paraguai se desenrolou como consequência imediata da Guerra do Uruguai (1864-65), com o aprisionamento do navio Marquês de Olinda pelas forças de Solano López (BRASIL, 1972).

Diversos fatores podem ter colaborado para o despertar da guerra. Dentre eles a obra *História do Exército Brasileiro* cita: a disputa do Paraguai pelo acesso ao oceano pela via fluvial do Prata, passando pelo Brasil; territórios perdidos pelo Paraguai para o Brasil e Argentina; questões de limites e navegação; instabilidade política do Uruguai; fatores econômicos...

Neste contexto, o principal objetivo militar do Tratado da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) era destruir o governo do Paraguai e, no plano político,

possuía objetivos mais amplos: eliminar a ameaça que Solano López representava à paz, segurança e prosperidade dos três aliados; permitir ao povo paraguaio escolher o seu governo e suas instituições desde que não “Lopistas”; igualdade de tratamento entre o Paraguai e as três nações e definir os limites do Paraguai com o Brasil e a Argentina (BRASIL, 1972).

Para Mancuso (2008), o que torna a Guerra do Paraguai um importante elemento simbólico, marco de representação da “tomada de consciência” política do Exército, não é a luta em si, mas a sua utilização como fator determinante na explicação das mudanças que se seguiram no Exército após a guerra. A partir de então, todos os eventos posteriores são tidos como consequência da guerra e preparação para o desfecho do importante papel que o Exército desempenharia na sociedade, iniciado nos movimentos provinciais e concretizado após a Guerra do Paraguai: a Proclamação da República.

A historiografia sobre o tema discute de maneira bastante abrangente as consequências da guerra do Paraguai tanto para o Exército enquanto instituição como para os rumos do Império. Mesmo dentro de uma perspectiva militar menos ortodoxa, reafirma-se a tese de que a partir da Guerra do Paraguai o Exército ganhou a estabilidade e coesão interna que lhe permitiu constituir importante ponto de resistência do organismo político (SODRÉ, 1965).

Isso se deve, no que tange às questões propriamente militares, à reestruturação do Exército, tanto em termos organizacionais – era preciso um contingente maior de pessoas para os combates – quanto operacionais e materiais. Até a Guerra do Paraguai, a milícia gaúcha era a principal responsável pelas campanhas militares do Brasil no Prata, mas revelou-se incapaz de enfrentar um Exército moderno como o paraguaio (FAUSTO, 2002). Em termos organizacionais, não contava o Exército com quadro suficiente para sustentar uma guerra deste porte, pois estes eram formados e preenchidos por uma população civil militarmente pouco ou mal adestrada. Segundo Sodré (1965):

A necessidade quase súbita de criar um instrumento militar forte, para operar distante de suas bases nacionais, contra inimigo que lutava em seu próprio território, numa guerra de longa duração – e nessa longa duração estava o imprevisto do problema – imporia novas medidas: uma atenção mais próxima, continuada e persistente para com esse instrumento militar, concessões de honras e regalias aos seus membros, ampliação do sistema de recrutamento, fomentado o voluntariado, inclusive com a largueza das alforrias ao escravo alistado.

Dessa forma, o Exército brasileiro foi se consolidando no decorrer da Guerra e essas transformações concorreram para que ele saísse do conflito como uma instituição com fisionomia e objetivos próprios e uma visão de mundo mais ampla.

Do mesmo modo como aconteceu no episódio da expulsão dos holandeses, a Guerra do Paraguai teve seu lugar estabelecido na história nacional como o episódio que favoreceu o fortalecimento dos laços nacionais, constituindo-se em poderoso elemento integrador e despertando um sentimento patriótico nunca antes visto em escala nacional, constituindo-se como mais um fator importante na construção da identidade brasileira.

Contudo, a inserção política do Exército não foi imediata, desenrolando-se dentro de um contexto político de disputas e insatisfações contra o Império que atingia amplas camadas sociais. O que a guerra permitiu foi que as queixas contra o governo Imperial, que vinham de longe, ganhassem outra expressão. Os baixos salários, as promoções atrasadas, a falta de segurança e baixas condições de vida, aliavam-se a um sentimento de que o Exército, através de seu sacrifício de sangue, havia sustentado a luta na frente de batalha enquanto as elites civis estiveram a salvo e em certos casos enriqueceram com os negócios de fornecimento para a tropa. Tudo isto combinava para predispor o Exército à ação política (FAUSTO, 2002).

Os acontecimentos dos últimos anos do Império, por conseguinte, irão conter a carga emocional de um Exército que, uma vez tendo adquirido consciência da dimensão de sua importância na vida nacional, não poderia mais se furtar ao seu papel, cuja gênese estabelecera-se na Guerra do Paraguai (MANCUSO, 2008). Nesse sentido, o aumento da participação política do Exército depois da guerra do Paraguai transformou-se em fator decisivo para a Abolição da Escravatura e culminou com a Proclamação da República.

Os ideais de liberdade pelos quais valentes irmãos, brancos e pretos, juntos, derramaram suor e sangue, em terras guaranis, sem distinção de raças, contribuiu, sobremodo, para a abolição da escravatura e a implantação da República no Brasil (BRASIL, 1972).

2.5 CONSOLIDAÇÃO DO EXÉRCITO EM TEMPOS ATUAIS

No período de consolidação da República, já com os militares afastados do comando político, desenrolou-se no interior do país uma série de movimentos

irregulares, sendo o Exército sempre responsável pela conciliação e firmeza no estabelecimento da lei e da ordem.

Durante o século XX o exército teve modesta participação nas duas Guerras Mundiais, do lado Aliado. Na I Guerra enviou em 1918 uma Missão Militar à Frente Ocidental e, em 1944 durante a II Guerra, contribuiu no combate ao Nazi-fascismo com uma Divisão de Infantaria na Campanha da Itália. Desde o fim da década de 1950, tem atuado em diversas missões de paz patrocinadas pela ONU. Esse papel foi incrementado após o término da Guerra Fria, cenário no qual o exército foi chamado a respaldar uma política externa brasileira independente, além de enviar diversos observadores militares para várias regiões do mundo em conflito.

Por três vezes (entre 1889 e 1894, durante e imediatamente após a Proclamação da República; entre 1930 e 1945, durante o primeiro período Vargas; e entre 1964 e 1985, durante o Regime militar no Brasil), assumiu pela força o comando do País, impondo sua visão político-social e modelos de desenvolvimento econômico que julgava apropriados. Nesse último período de exercício do poder, no auge da Guerra Fria, militantes de esquerda recorreram à guerrilha contra o regime, sendo derrotados. Lentamente, após pressões populares, crises econômicas, bem como o desgaste natural de anos no exercício do poder, a abertura política tornou-se inevitável. Com a promulgação da Lei da Anistia em 1979, o Brasil lentamente iniciou a volta à democracia, que se completaria na década de 1980, com o Exército e as demais Forças Armadas se afastando do núcleo político.

Atualmente, a existência do EB, como instituição, é prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF/88).

O Exército brasileiro tem o maior efetivo da América do Sul, com mais de duzentos mil militares. É dividido em Armas (Artilharia, Engenharia, Cavalaria e Comunicações), Quadros (Engenheiros Militares, Oficiais e Material Bélico) e Serviços (Assistência Religiosa, Intendência e Saúde).

Hoje, destaca-se a participação das Forças Armadas, prioritariamente do Exército, em uma série de atividades de “interesse nacional”, como construção de ferrovias e rodovias, a ampliação das redes de comunicação, a contribuição para o campo científico (botânica, zoologia e mineralogia) e na demarcação e conhecimento de fronteiras terrestres. O objetivo do Exército é estabelecer uma ligação entre suas atividades e os interesses nacionais de forma a definir seu caráter civilizador.

No século XXI, o Exército Brasileiro tem desempenhado papel primordial em prol da paz mundial e nacional: em 2004, o Exército Brasileiro comandou as forças de paz que se encontravam no Haiti (permanecendo nesta missão até o ano de 2017); no país as missões de Garantia da Lei e da Ordem em diversos Estados do território nacional têm se tornado constantes. Sempre que a ordem for ameaçada, o Exército estará pronto para garanti-la e restabelecê-la.

3 CONCLUSÃO

Para concluir, percebemos que o Exército Brasileiro surgiu como instituição nacional somente após a Independência do Brasil, entretanto, a criação do Dia do Exército no dia da primeira Batalha de Guararapes representa o reconhecimento da existência da Força antes mesmo de sua fundação como instituição genuinamente nacional. Deste modo, como consciência emocional, Guararapes representa o momento em que o Exército tomou ciência de sua existência e passou a se reconhecer enquanto tal.

Ao longo dos anos, o Exército Brasileiro foi se consolidando no decorrer da história como uma instituição comprometida com a manutenção da integridade nacional, e assim permaneceu durante a Colônia, Império, Regência e República, participando decisivamente, de diversos conflitos internos, defendendo a soberania do Brasil em conflitos externos, bem como sempre contribuindo para o crescimento e afirmação do Brasil e a defesa dos interesses dos cidadãos brasileiros.

Desta forma o Exército demonstra sua relevância para a nação brasileira, assim como o descrito em sua visão de futuro: “Ser uma Instituição compromissada, de forma exclusiva e perene, com o Brasil, o Estado, a Constituição e a sociedade nacional, do modo a continuar merecendo confiança e apreço”. Para cumprir este objetivo, mantém um constante adestramento de seus recursos humanos e atualização de suas técnicas e doutrina, bem como desenvolve e adquire novas tecnologias de modo a estar em constante evolução e em posição de destaque no cenário mundial.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. G. **A identidade nacional brasileira na Guerra do Paraguai (1864-1870)**. Brasília: UnB, 2012.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/ind.asp. Acesso em 26 abr. 2019.

BRASIL, Departamento de Educação e Cultura do Exército. **História do Exército**. Disponível em: <http://www.decex.eb.mil.br/processo-original-chqao/2-uncategorised/102-historia-do-exercito>. Acesso em 26 abr. 2019.

BRASIL, Estado-Maior do Exército. **História do Exército Brasileiro**. 3 vol. Distrito Federal: Fundação IBGE, 1972.

BRASIL, Estado-Maior do Exército. **O Exército Brasileiro - EB20-MF-10.101**. Distrito Federal, 1ª ed., 2014.

BRASIL, Estado-Maior do Exército. **Revista do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: BibliEx, vol. 153, 2017. Disponível em: <https://en.calameo.com/read/003485864498d5963bd88>. Acesso em 30 abr. 2019.

CASTRO, M. C. **A invenção do Exército Brasileiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

FARIA, D. P. **Introdução à história militar brasileira**. Resende: Academia Militar das Agulhas Negras, 2015.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 14ª ed., 2015.

GONDIM, A. M. C. **A pátria nasceu aqui: o discurso das batalhas dos Guararapes e a educação nas décadas de 1960 e 1970**. Recife: O Autor, 2011.

MANCUSO, A. P. **Entre terra e mar: história e política na narrativa oficial das forças armadas brasileiras – os casos do Exército e da Marinha**. São Carlos: UFSCar, 2008.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª ed., 2015.

SODRÉ, N. W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.